

São Paulo, 19 de setembro de 2025.

Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras

Em consonância com regras estabelecidas na Resolução BCB nº 2/2020, a Instituição está disponibilizando por meio deste arquivo as Demonstrações Financeiras individuais do Banco Volkswagen S.A., para o semestre em 30 de junho de 2025.

As demonstrações e documentos apresentados são:

- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras;
- Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria;
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;

Essas Demonstrações Financeiras individuais foram aprovadas pela Diretoria em 18 de setembro de 2025 e originalmente divulgadas no sítio eletrônico da Instituição (https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financialservices/relacionamento-investidor/demonstracoes-financeiras) em 19 de setembro de 2025.

A Administração declara-se responsável pelas Demonstrações e documentos contidos no arquivo.



Demonstrações Financeiras

Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda. 30 de junho de 2025

com Relatório do Auditor Independente



Relatório da Administração

Senhores cotistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstração do resultado, da mutação do patrimônio líquido, demonstração do resultado abrangente e dos fluxo de caixa do Consórcio Nacional Volkswagen ("Instituição") para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos do semestre findo nessa mesma data.

A Instituição tem como objetivo a venda de cotas de grupos de consórcio dos veículos e motocicletas produzidos pela Volkswagen do Brasil, Volkswagen Truck & Bus, Audi Brasil e Ducati do Brasil.

Destaques do exercício – dados em 30 de junho de 2025

- 172 grupos de consórcio administrados.
- Lucro líquido de R\$ 31 milhões.
- Total dos ativos de R\$ 1.016 milhões.
- Receitas de prestação de serviços provenientes de taxa de administração no montante de R\$ 96 milhões.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Gestão colegiada

O Consórcio Nacional Volkswagen está alinhado às práticas de governança corporativa do Grupo Volkswagen Financial Services e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

A demais conforme as melhores práticas de mercado a partir de 28 de abril de 2023, foi constituído Comitê de Auditoria independente, formado por dois membros externos e um interno pela empresa líder do Conglomerado Prudencial, Banco Volkswagen S.A. O Comitê de Auditoria supervisiona os trabalhos de auditoria e o processo de preparação das demonstrações financeiras.

Compromisso com as regulamentações do setor

Como instituição regulada constituída no Brasil, as operações do Consórcio Nacional Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades regulatórias brasileiras.



Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2025

,			

muice	
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial 5	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	
Demonstração consolidada dos recursos de consórcios	
Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Administradores da **Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.** São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda. ("Administradora") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 30 de junho de 2025 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Consórcio Nacional Volkswagen — Administradora de Consórcio Ltda. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2025 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase – Ausência de valores comparativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB n.º 352/2023 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de setembro de 2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S. Ltda. CRC SP-034519/O

thoughous

Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro CRC-SP241544/O

.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	30.06.25		30.06.25
CIRCULANTE	55.489	CIRCULANTE	78.274
Disponibilidades (Nota 2.1 (b))	1.284	Outros passivos (Nota 7)	78.083
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	193	Recursos de consorciados - grupos encerrados (Nota 2.1 (f))	191
Títulos e valores mobiliários (Nota 3)	193		
Outros Ativos (Nota 4)	54.012		
NÃO CIRCULANTE	960.079	NÃO CIRCULANTE	284.718
Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado	410.453	Obrigações fiscais diferidas (Nota 9 (b))	37.789
Títulos e valores mobiliários (Nota 3)	410.576	Provisão para contingências (Nota 6)	126.599
Provisão para perda esperada	(123)	Outros passivos (Nota 7)	120.330
Outros Ativos (Nota 4)	488.548		
Crédito tributário (Nota 9 (a))	56.496		
Intangível	7.239		
Depreciações e amortizações	(2.657)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 8)	652.576
Intangível	(2.657)	Capital social de domiciliados no país	300.006
		Reservas de lucros	322.450
		Lucros acumulados	30.120
TOTAL DO ATIVO	1.015.568	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.015.568

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

	30.06.25
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	30.512
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	30.512
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	30.512
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	26.663
Receitas de prestação de serviços (Nota 13 (e))	96.206
Despesas administrativas (Nota 13 (c))	(16.925)
Despesas tributárias (Nota 13 (d))	(8.253)
Outras receitas operacionais (Nota 13 (a))	46.629
Outras despesas operacionais (Nota 13 (b))	(90.994)
REVERSÕES (DESPESAS) DE PROVISÕES (Nota 6 (b))	(11.489)
Legais	(2.957)
Cíveis	(2.803)
Fiscais	(5.718)
Trabalhistas	(11)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	45.686
IMPOSTO DE RENDA/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 9 (c))	(15.030)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	30.656
Lucro líquido/quota do capital social no fim do semestre/exercícios - R\$	0,10

Demonstração do resultado abrangente em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

	30.06.25
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	30.656
Resultado abrangente	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	30.656

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva especial de lucros	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2024	300.006	322.450	-	622.456
Ajuste inicial na adoção da Resolução 4.966/21	<u>-</u> , <u>-</u> , , _	<u> </u>	(536)	(536)
Em 01 de janeiro de 2025	300.006	322.450	(536)	621.920
Lucro líquido do semestre	-	-	30.656	30.656
Em 30 de junho de 2025	300.006	322.450	30.120	652.576

Demonstração do fluxo de caixa do semestre findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

	30.06.25
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do semestre	30.656
Ajustes ao lucro líquido:	
Amortização (Nota 13 (c))	687
Receita de juros - atualização de contrato de mútuo (Nota 13 (a))	(3.131)
Provisão para contingências e obrigações legais (Nota 6 (b))	11.489
Tributos diferidos	(994)
Lucro líquido do semestre - ajustado	38.707
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários	(28.734)
Redução (aumento) em outros créditos	126.641
Redução (aumento) em outros valores e bens	(40.541)
Imposto de renda pago	(13.287)
Variação de ativos	44.079
Aumento (redução) recursos de consorciados - grupos encerrados	9
Aumento (redução) em outras obrigações diversas	36.463
Aumento (redução) em obrigações fiscais e previdenciárias e provisão para contingências	8.239
Variação de passivos	44.711
Caixa líquido das atividades operacionais	127.497
Contrato de mútuo	(128.000)
Caixa líquido das atividades de investimento	(128.000)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(503)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.787
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.284
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(503)

Demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho 2025 (Em milhares de reais)

ATIVO		PASSIVO	
	30.06.25		30.06.25
CIRCULANTE	857.851	CIRCULANTE	857.851
Caixa e equivalentes a caixa (Nota 2.2 (a))	8.238	Obrigações com consorciados (Nota 2.2 (c))	270.414
Aplicações financeiras (Nota 2.2 (a))	371.841	Valores a repassar (Nota 2.2 (d))	32.514
Outros créditos	477.772	Obrigações por contemplações a entregar (Nota 2.2 (e))	260.488
Bens retomados ou devolvidos	3.799	Obrigações com Administradora	120
Direitos junto a consorciados contemplados (Nota 2.2 (b))	473.953	Recursos a devolver a consorciados (Nota 2.2 (f))	215.515
Devedores por depósito em garantia	20	Ativos em andamento	112
		Recursos do grupo (Nota 2.2 (g))	78.688
COMPENSAÇÃO	8.998.332	COMPENSAÇÃO	8.998.332
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	37.634	Recursos mensais a receber de consorciados	37.634
Contribuições devidas ao grupo	4.522.907	Obrigações do grupo por contribuições	4.522.907
Valor dos bens ou serviços a contemplar	4.203.691	Bens ou serviços a contemplar	4.203.691
Diversas contas de compensação ativas	234.100	Diversas contas de compensação passivas	234.100
TOTAL DO ATIVO	9.856.183	TOTAL DO PASSIVO	9.856.183

Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos em 30 de junho de 2025

(Em Milhares de reais)

	30.06.25	Valor Acumulado
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE	424.748	-
Caixa e equivalentes a caixa	3.474	-
Aplicações financeiras do grupo	62.473	-
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	358.801	-
RECURSOS COLETADOS (Nota 2.2 (h))	486.225	2.986.163
Contribuições para aquisição de bens	299.735	2.068.616
Taxa de administração (Nota 2.2 (I))	127.839	623.355
Contribuições ao fundo de reserva	8.601	41.639
Rendimentos de aplicações financeiras	20.788	100.297
Multas e juros moratórios	3.870	13.743
Prêmios de seguros	9.856	75.152
Reembolso de despesas de registro	-	3.218
Outros	15.536	60.143
RECURSOS UTILIZADOS (Nota 2.2 (i))	(530.896)	(2.606.084)
Aquisição de bens	(259.204)	(1.723.603)
Taxa de administração	(131.195)	(623.286)
Multas e juros moratórios	(1.983)	(6.776)
Prêmios de seguros	(9.630)	(73.284)
Devolução a consorciados desligados	(67.234)	(80.374)
Despesas de registro de contratos	-	(3.218)
Outros	(61.650)	(95.543)
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO SEMESTRE	380.079	380.079
Caixa e equivalentes a caixa	8.238	8.238
Aplicações financeiras do grupo	46.921	-
Cheques em cobrança	-	46.921
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	324.920	324.920

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição") atua na administração de grupos de consórcio, principalmente no segmento de veículos e motocicletas produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de veículos e, quando há excedente, esse é aplicado no mercado financeiro em nome dos grupos. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas à Volkswagen no Brasil.

A Instituição é uma limitada com sede em São Paulo – SP na Rua Volkswagen, 291 é controlada pelo Banco Volkswagen S/A, e a sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg, na Alemanha.

A Instituição com o objetivo de alavancar negócios, o Consórcio Nacional Volkswagen e a Embracon Administradora de Consórcio Ltda. anunciaram no dia 18 de maio de 2022 a assinatura de um contrato parceria estratégica na captação e Administração de cotas de grupos de consórcio. A prestação dos serviços iniciou-se no segundo semestre de 2022.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 18 setembro de 2025.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações, os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76, bem como os requisitos previstos na Resolução BCB n.º 2/20 e n.º 352/23.

A administração optou pela adoção prospectiva das alterações nas políticas contábeis resultantes da adoção do BCB n.º 352/23. Neste contexto os saldos do balanço patrimonial do período e as demais demonstrações não estão sendo apresentados de maneira comparativa a períodos anteriores, considerando a dispensa de apresentação prevista na Resolução BCB n.º 352 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes a valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para perdas esperadas, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações dos Recursos de Consórcio e das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcio foram elaboradas conforme a Instrução Normativa BCB n.º 282.

(a) Adoção da Resolução BCB 352/23

A Resolução BCB nº 352, de novembro de 2023, trouxe mudanças significativas para o tratamento contábil dos instrumentos financeiros no Sistema Financeiro Nacional. Com sua entrada em vigor, foram revogados normativos tradicionais que orientavam a prática até então, como a Resolução CMN nº 2.682/1999, responsável pela metodologia de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, e as Circulares BCB nº 3.068/2001 e nº 3.082/2003, que disciplinavam a contabilização de títulos, valores mobiliários e derivativos.

O novo normativo determina que as instituições financeiras classifiquem e mensurem seus ativos e passivos financeiros de acordo com o modelo de negócios ao qual estão vinculados. Essa abordagem amplia a aderência às práticas internacionais de contabilidade, tornando o processo mais alinhado aos princípios do IFRS.

Entre os pontos centrais da resolução, destaca-se a alteração na forma de constituição das provisões para perdas de crédito. Agora, as instituições não precisam aguardar a materialização da inadimplência para reconhecer perdas. As provisões devem ser mensuradas com base no conceito de perda esperada, permitindo maior precisão e antecipação no registro contábil das perdas futuras. Essa mudança confere maior prudência e transparência às demonstrações financeiras do setor.

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis a Instituição, entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

- I Resolução BCB n.º 352 do Banco Central do Brasil (BACEN)
- 1) Provisão para perdas esperadas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025 (Em milhares de reais)

	Impacto liquido dos efeitos Fiscais (ii)
Patrimônio Líquido 31/12/2024	622.457
Provisão para Perdas Esperadas - Outros Instrumentos Financeiros (i)	(536)
Patrimônio Líquido 01/01/2025	621.921

- (i)Mensuração da provisão levando em consideração a perda esperada;
- (ii) O impacto tributário foi de R\$ 276 sobre os ajustes demonstrados no quadro, líquidos destes tributos.

A classificação dos ativos financeiros deve considerar o modelo de negócios da instituição e as características dos fluxos de caixa contratuais, em especial o critério de "somente principal e juros" (SPPJ). Assim, os ativos podem ser registrados ao custo amortizado, quando a intenção é apenas obter os fluxos de caixa contratuais; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), quando o objetivo é tanto receber fluxos contratuais quanto realizar vendas; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), quando há foco na negociação dos ativos ou quando os fluxos não se restringem a principal e juros.

(b) Gerenciamento de riscos

As avalições de risco são feitas no contexto do Conglomerado Financeiro, cuja instituição líder é o Banco Volkswagen S.A.. Em atendimento a Resolução BCB nº 352/2023, o Consorcio divulga a seguir informações sobre os riscos aos quais está exposta na data-base de 30 de junho de 2025:

- a) Exposição e origem dos riscos: A Instituição não está exposta aos riscos de crédito decorrentes da inadimplência dos consorciados, visto que este risco é associado ao grupo, risco de mercado relacionado às aplicações financeiras dos grupos de consórcio, e risco de liquidez vinculado à gestão dos recursos dos grupos e à capacidade de honrar contemplações.
- b) Objetivos, políticas e processos de gerenciamento de risco: O gerenciamento de riscos é realizado de forma centralizada pelo Grupo Financeiro Volkswagen com alinhamento às diretrizes do Grupo. A Instituição não opera com instrumentos financeiros derivativos.
- c) O valor de Títulos e valores mobiliários está aplicado no Banco Volkswagen, sendo considerado de baixo risco.
- d) As políticas de gestão de riscos estão divulgadas nas notas explicativas do Banco Volkswagen.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

2.1 Da administradora

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, exceto pela taxa de administração devida pelos participantes do consórcio, que é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas.

No exercício de 2022, a receita de taxa de administração e a despesa de comissão, passaram ser reconhecidas no resultado pelo prazo de vigência do contrato de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022, para fins de atender o disposto na Resolução BCB 120/21 e o Pronunciamento Técnico CPC 47.

(b) Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalentes a caixa compreendem:

	2025
Disponibilidades - depósitos bancários	1.284
	1.284

(c) Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros no contexto da Administradora são compostos por Títulos e Valores Mobiliários, basicamente cotas de fundos, e outros créditos, representados principalmente por valores a receber, valores Taxa de administração a receber. Já os passivos financeiros são representados por valores a pagar a terceiros. A instituição não possui instrumentos financeiros derivativos ativos ou passivos e não presta Garantias a terceiros.

Neste contexto a classificação dos ativos financeiros segue conforme estabelecido na Resolução 352/23 os seguintes critérios:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado

Enquadram-se nesta categoria os ativos financeiros destinados a negociações frequentes ou que não atendam ao critério de SPPI (Somente Pagamento de Principal e Juros). As variações de valor justo desses instrumentos são reconhecidas imediatamente no resultado do período em que ocorrem. No caso da Administradora, essa classe é composta por títulos e valores mobiliários, representados por cotas de fundos de investimento, mensurados com base no valor da cota informado pelo administrador do fundo. A estratégia associada a esses instrumentos busca a geração de fluxos de caixa no curto prazo, independentemente do prazo do fundo, razão pela qual sua mensuração é feita ao valor justo por meio do resultado.

Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Esta categoria abrange os ativos financeiros que, simultaneamente, são geridos em modelo de negócios voltado à obtenção dos fluxos de caixa contratuais e cujos pagamentos previstos correspondem exclusivamente a principal e juros em datas determinadas. Na Administradora, enquadram-se aqui os recebíveis, caracterizados como ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não negociados em mercado ativo. Esses recebíveis são registrados ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e sujeitos à avaliação periódica de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Provisão para perdas esperadas

A Resolução BCB nº 352/23 introduziu o conceito de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, determinando que as instituições financeiras adotem a metodologia completa ou a simplificada, conforme seu enquadramento prudencial. No caso da Administradora, aplica-se a metodologia simplificada, baseada nos modelos do Grupo Volkswagen.

A provisão para perdas esperadas é constituída em conformidade com a Resolução BCB nº 352/2023, mediante aplicação de percentuais definidos para operações adimplidas e inadimplidas, de acordo com a classificação da carteira (C1 a C5), incluindo provisão adicional para todas as operações, o caso da Instituição, os ativos mensurados ao custo amortizado não apresentam histórico de inadimplência nem exposição relevante a risco de crédito, de modo que a provisão registrada tem caráter exclusivamente regulatório, sendo inclusive títulos de partes relacionadas.

Não foram identificados sinais de deterioração na qualidade de crédito ou redução na capacidade de recuperação dos valores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

Taxa de Juros Efetiva (TJEO)

A TJEO corresponde à taxa que traz a valor presente os fluxos de caixa futuros estimados de ativos e passivos financeiros. No entendimento da Instituição, essa taxa se confunde com a taxa contratual, pois essa considera todas receitas e custos de originação vinculados às operações de consorcio.

Definição de Ativo Problemático

A Resolução BCB nº 352/23 define como ativo problemático aquele que apresenta atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou encargos, ou quando houver indícios de que a obrigação não será integralmente cumprida nas condições pactuadas, independentemente do uso de garantias ou colaterais. No caso da Administradora, os valores a receber relativos à taxa de administração dos grupos de consórcio são tratados como instrumentos financeiros e avaliados quanto à perda esperada. Identificado que o ativo se tornou problemático, seja por critérios qualitativos ou quantitativos, o reconhecimento da respectiva receita é interrompido.

Baixa de Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução BCB nº 352/23, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa. O critério de baixa definido pela Administradora, segue o mesmo modelo do Grupo Volkswagen Financial Services, sendo considerado o write-off (período de reconhecimento de não-recuperação do valor)

Dentre os instrumentos financeiros destacamos os Títulos e valores mobiliários, são classificados de acordo com os Modelos de Negócios, bem como a avaliação dos fluxos de caixa contratuais (Teste SPPJ), em:

- (i) Custo Amortizado cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais.
- (ii) Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.
- (iii) Valor Justo no Resultado enquadram as operações em que os fluxos de caixa contratuais não atendem aos critérios de Somente Pagamento de Principal e Juros. A Instituição não possui os objetivos gerar retorno somente pela venda do ativo financeiro.

Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Nos termos do Artigo 9º da Resolução BCB nº 352/23, os passivos financeiros devem ser, em regra, classificados na categoria de custo amortizado, exceto quando se tratar de:

(i) derivativos passivos, que devem ser mensurados ao valor justo no resultado;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

- (ii) passivos decorrentes de operações de empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, também mensurados ao valor justo no resultado;
- (iii) passivos originados de transferências de ativos classificados ao valor justo no resultado que não se qualifiquem para baixa;
- (iv) garantias financeiras, mensuradas pelo maior valor entre a provisão para perdas esperadas de crédito e o valor justo no reconhecimento inicial, deduzido da receita apropriada conforme regulamentação específica; e
- (v) contratos híbridos. Considerando tais disposições e analisado o portfólio de passivos da Administradora, conclui-se que todos os passivos financeiros se enquadram na categoria de custo amortizado, uma vez que não existem operações sujeitas às exceções previstas no normativo.

(d) Ativo permanente

Demonstrados ao custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas, que são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e seu valor em uso, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos semestres findos em 30 de junho de 2025 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável para ativos não financeiros.

(f) Recursos de consorciados – grupos encerrados

Representa os valores transferidos para administradora a título de recursos não procurados por consorciados, aplicados e remunerados em conformidade com os recursos de grupos de consórcio ativos, conforme disposto no artigo 26 da Lei nº 11.795/08.

Em janeiro 2022, entrou em vigor a Resolução BACEN n.º 156/21 e a Instrução Normativa BACEN n.º 208/21 que estabeleceu novos critérios e procedimentos contábeis a serem observados pelos administradores de consórcio, principalmente no que tange a escrituração de recursos não procurados de grupos encerrados, que serão registrados em contas de compensação, sendo aplicável a grupos constituídos após a vigência da Lei n.º 11.795/08.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	2025
Compensação - Após a vigência da Lei	100.457
Patrimoniais - Antes da vigência da Lei	191

(g) Imposto de renda

A provisão para imposto de renda – IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. O passivo tributário diferido decorre basicamente, dos efeitos fiscais de atualização de depósitos judiciais. Os créditos tributários foram constituídos com base nas alíquotas vigentes.

Em 31 de dezembro de 2022, a Instituição passa a ser contribuinte da contribuição social a partir da alíquota de 9%, que deverá ser somada a alíquota de 25% de IRPJ para perfazer o total de 34% (Nota 9 (c)).

(h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- (i) Ativos contingentes os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;
- (ii) Passivos contingentes os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- (iii) Obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

(i) Resultados não recorrentes

A divulgação dos resultados recorrentes e não recorrentes são efetuados em consonância a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, que determinou a apresentação em Nota explicativa de forma segregada os resultados que não estejam relacionados ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025 não houve resultados não recorrentes relevantes.

2.2 Dos grupos de consórcio

(a) Disponibilidades e aplicações financeiras

Representam recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, mantidos em conta vinculada para aplicação diária.

As aplicações financeiras dos grupos de consórcios são efetuadas diretamente em títulos e valores mobiliários (Circular BACEN nº 3.524/11).

Tais aplicações são registradas pelo valor de mercado, gerando diariamente ganhos ou ocasionalmente perdas líquidas, os quais são registrados no fundo comum e no fundo de reserva de cada grupo (patrimônio líquido), não incidindo sobre os mesmos a taxa de administração.

(b) Direitos junto a consorciados contemplados

São representados por contribuições a receber de consorciados contemplados.

(c) Obrigações com consorciados

Representam os pagamentos realizados pelos consorciados, os quais correspondem à soma das importâncias referentes ao fundo comum, fundo de reserva e taxa de administração. Esses pagamentos equivalem a um percentual incidente sobre o preço do bem vigente na data da assembleia de contemplação do bem, percentual esse representativo da divisão de 100% pelo número de meses previstos para a duração do grupo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

(d) Valores a repassar

Referem-se à taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros ainda não repassados a terceiros.

(e) Obrigações por contemplações a entregar

Representam os valores relativos aos créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações, acrescidos das correspondentes remunerações.

(f) Recursos a devolver a consorciados

Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados desistentes e excluídos e a consorciados ativos pelo excesso de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo.

(g) Recursos do grupo

Representam os recursos recebidos pelos consorciados a título de fundo de reserva, os rendimentos das aplicações financeiras, as multas e juros moratórios recebidos dos grupos e as atualizações de direitos e obrigações em decorrência da variação do preço do bem.

(h) Recursos coletados

Representa o total arrecadado dos consorciados, incluindo os valores para aquisição do bem, para a remuneração da administradora e para a constituição do fundo de reserva.

(i) Recursos utilizados

Representa o total utilizado na aquisição de bens, no pagamento da administradora e na utilização do fundo de reserva nas finalidades a que se destina.

(j) Fundo comum

Representa os recursos recebidos pelos consorciados que serão destinados à aquisição do bem.

(k) Fundo de reserva

O fundo de reserva é constituído pelo recolhimento de 0,5% até 3,5% do valor da contribuição para o fundo comum e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras do próprio fundo. Destina-se à cobertura de eventual insuficiência de receita, de despesas de devolução a consorciados desistentes ou excluídos, pagamentos de débitos dos consorciados inadimplentes e prêmio de seguro de quebra de garantia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

(I) Taxa de administração

A taxa de administração constitui a remuneração da administradora e representa um percentual à razão de 3% a 22%, incidente sobre o fundo comum, ou incidente sobre o fundo de reserva, quando este é apropriado no fundo comum para aquisição do bem.

3 Instrumentos financeiros - Títulos e valores mobiliários

A Instituição possui aplicações em certificados de depósito bancário no valor de R\$ 410.576, com rendimento indexado pelo DI, e vencimento até 2027, classificados como custo amortizado. O valor de mercado e o custo amortizado para estas operações, na data-base, são semelhantes.

O montante apurado para provisão referente aos Certificado de Depósito Bancário - CDB é de R\$ 123, com efeito no resultado de R\$ 9.

Os título e valores mobiliários são representados por aplicações em cotas de fundo de investimento, no montante de R\$ 193, com liquidez imediata, e são classificadas como valor justo por meio do resultado. A carteira do fundo é composta principalmente por investimentos em títulos públicos, marcados a mercado. O valor a mercado e o custo amortizado para estas operações, na data base, são semelhantes.

Em 30 de junho de 2025, a Instituição não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação.

Títulos custo amortizado	30/06/2025	Sem Vencimento	Vencimento até 12 meses	Vencimento em 18 meses	Vencimento em 24 meses
Certificado de Depósito Bancário - CDB	410.576	-	-	112.735	297.841
Provisão para perdas esperadas	(123)	(123)	-	-	-
Valor justo por meio do resultado	30/06/2025	Sem Vencimento	Vencimento até 12 meses	Vencimento em 18 meses	Vencimento em 24 meses
Cotas de Fundo de Investimento	193	193	-	-	-

Vide informações adicionais na nota 12 de instrumentos financeiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

4 Outros ativos

	30.06.2025
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 10) (i)	130.460
Taxa de administração a receber	10.147
Créditos a receber de grupos de consórcio	120
Outros	6.757
Provisão para perdas esperadas	(755)
Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado (nota 12)	146.729
Diferido	2.201
Depósitos judiciais (Nota 6)	104.931
Imposto de renda a compensar	94.048
Despesa antecipada (ii)	187.425
Tributos a recuperar (iii)	7.226
Outro ativos não financeiros	395.831
Total	542.560
Circulante	54.012
Não Circulante	488.548

- (i) Refere-se a contrato de mútuo com vencimento em 2029, indexado pelo DI.
- (ii) No exercício de 2022, as despesas de comissão, passaram ser reconhecidas no resultado pelo prazo de vigência do contrato de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022 (Nota 2.1 (a)).
- (iii) Refere-se à recuperação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas de comissão.

5 Intangível

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear com base em taxas anuais, referem-se a softwares e custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente. O saldo no semestre findo em 30 de junho de 2025 é de R\$ 4.582 e o custo amortizado de R\$ 687.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

6 Outras Obrigações – Provisão para contingências e obrigações legais

(a) Em 30 de junho de 2025, a Instituição apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos judiciais:

	Provisão para contingências e obrigações legais	Depósitos judiciais
	2025	2025
Reclamações trabalhistas (Nota 6 (c))	574	330
Reclamações cíveis (Nota 6 (c))	19.901	10.764
Obrigações Legais (Nota 6 (c))	35.930	25.265
Riscos fiscais (Nota 6 (c))	70.194	68.572
	126.599	104.931
Não Circulante	126.599	104.931

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

(b) Em 30 de junho de 2025, a movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais
	2025
	1º Semestre
Saldo inicial	123.074
Constituição	10.543
Reversão	(3.589)
Baixa	(7.964)
Atualização monetária	4.535
Saldo final (i)	126.599

(i) Saldos apresentados de acordo com o Balanço Patrimonial, sendo um total de R\$ 126.599 e com impacto na Demonstração do Resultado do primeiro semestre de 2025 de R\$ 11.489 de constituição de provisão, reversão e atualização.

A Administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 30 de junho de 2025, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser sumariada como segue:

Reclamações trabalhistas - trata-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de reconhecimento da responsabilidade solidária/subsidiária da Administradora, nos processos judiciais propostos por exempregados das empresas (representantes de cotas de consórcios), contratadas pela Administradora.

Ações cíveis - as principais ações estão relacionadas a discussões de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor nas quais pleiteiam a restituição dos valores pagos a título de prestações de consórcio, decorrente da desistência ou exclusão de participante de grupo, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

Obrigações legais – referem-se, à discussões acerca da devida composição da base de cálculo de Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, nos montantes de R\$ 5.488 e R\$ 30.199, respectivamente; e, finalmente, à ação de consignação em pagamento de ISS (após edição da LC nº 157/2016), no total de R\$ 70.194.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

(d) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados.

A Instituição tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir.

	2025
Cível	4.784
	4.784
IRPJ (i)	26.743
PIS/COFINS (ii)	11.202
CSLL (iii)	8.010
IPVA (iv)	997
	46.952

- (i) Refere-se à discussão sobre a não homologação dos pedidos de restituição e compensação de saldos negativos de IRPJ de exercícios anteriores e também referente a multa isolada decorrente de dedução de despesas operacionais da instituição.
- (ii) Refere-se à discussão sobre a cobrança de PIS relacionado ao período de dezembro de 2002 a janeiro de 2010 e discussão acerca da cobrança de PIS e COFINS decorrente de dedução de despesas operacionais da entidade.
- (iii) Discussão sobre a exigência de CSLL não recolhida pelo CNVW para o ano de 1999 a 2003, em virtude da obtenção de decisão judicial definitiva isentando a entidade de tal ônus, conquistada há 29 anos. No dia 08/02/2023, apreciando os Temas 881/885, o STF se manifestou pela cessação dos efeitos da coisa julgada em controle difuso. A entidade aderiu ao PRLF (Transação Tributária) e quitou os débitos concernentes a cobranças posteriores a 2007, mas manteve discussão quanto aos débitos anteriores a 2007.
- (iv) Discussão sobre a exigência de IPVA sobre a alienação fiduciária no produto consórcio

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

7 Outros passivos

	2025
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	56.455
Rendas a apropriar (i)	120.033
Obrigações com grupos de consórcio	5.122
Contas a pagar	8.067
Impostos e contribuições a pagar	8.736
	198.413
Circulante	78.083
Não Circulante	120.330

(i) Em atendimento a Resolução BCB 120/21 e o Pronunciamento Técnico CPC 47, no exercício de 2022, foram alteradas a contabilização da taxa de administração recebida por lance quando da contemplação das cotas de consórcio, que serão apropriadas após recebimento pelo prazo de vigência do contrato, e que foram aplicadas de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2022.

8 Patrimônio líquido

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 300.006.232 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

A destinação dos resultados, bem como a participação de cada sócio nos lucros e nas perdas ocorrem por decisão expressa dos sócios.

9 Imposto de renda

Os créditos tributários foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal no valor de R\$ 56.496, considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da Administração quanto à sua realização.

(a) Créditos tributários – período de realização

	dez-25	Jun/2026	Jun/2027	Jun/2028	Jun/2030	Total
Imposto de renda	276	644	4.502	609	50.465	56.496

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2025 totaliza R\$ 34.862 descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

(b) Movimentação dos créditos tributários e dos passivos tributários diferidos

Créditos tributários	Passivos tributários diferidos	
2025	2025	
1º Semestre	1º Semestre	
52.251	34.538	
21.261	18.591	
(17.016)	(15.340)	
56.496	37.789	
	tributários 2025 1º Semestre 52.251 21.261 (17.016)	

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2025
Resultado antes da tributação	45.687
Impostos de renda às alíquotas vigentes	(15.533)
Efeitos de imposto de renda sobre:	
Adições (exclusões) permanentes	453
Outros	50
Imposto de renda e Contribuição Social	(15.030)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

10 Partes relacionadas

	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
	2025	2025
Banco Volkswagen S.A.		
Aplicações em certificados de depósito bancário	410.576	30.513
Volkswagen Participações Ltda.		
Contas a pagar	(660)	-
Outras despesas administrativas	-	(4.823)
LM Transportes Interestaduais Serviços e Comércio S.A		
Contas a receber (i)	-	671
Simple Way Locações e Serviços Ltda.		
Contas a receber (i)	130.460	2.460

(i) As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

	30.06.2025
Benefícios de curto prazo	246
Benefícios pós-emprego	43
Outros benefícios de longo prazo	25
	314

A remuneração do pessoal-chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

11 Grupos de consórcio

	Quantidade
	2025
Bens a entregar	51.203
Bens entregues	25.280
Bens entregues no semestre	2.808
Bens pendentes de entrega	3.612
Assembleias a realizar	3.704
Grupos administrados	172
Consorciados ativos	80.095
Consorciados excluídos	129.867
Taxa da inadimplência	7%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

12 Instrumentos financeiros

(a) Comparativo do valor contábil e valor justo

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

_	Em 30 de junho de 2025	
-	Valor contábil	Valor justo (i)
Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado		
Ativos financeiros	410.453	410.453
Outros ativos	146.729	146.729
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		
Ativos financeiros	193	193
Total de ativos financeiros	557.375	557.375
Outros passivos	133.413	133.413
Total de passivos financeiros	133.413	133.413

⁽i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

(b) Hierarquia do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, o Grupo utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: dados não observáveis para ativos ou passivos.

A tabela a seguir apresenta a composição da hierarquia dos instrumentos financeiros do Grupo, mensurados ao valor justo:

			Em 30 de jun	ho de 2025
	Valor Justo (i)	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado	410.453	410.453	146.729	557.182
Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	193	193		193
Total de ativos financeiros	410.646	410.646	146.729	557.375

(i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

13 Outras informações

(a)	Outras	receitas	operacio	nais

	2025
Multa penal compensatória	10.894
Taxa de permanência	17.237
Atualização contratos mútuo	3.131
Recuperação despesas operacionais	6.103
Variação monetária ativa	4.333
Outras	4.931
	46.629

(b) Outras despesas operacionais

	2025
Despesa com prestação de serviços (i)	15.748
Despesas com comissões	62.928
Despesa grupo	11.157
Outras	1.161
	90.994

2025

(i) Refere-se a prestação de serviços junto a Embracon.

(c) Despesas administrativas

	2025
Prestação de serviços - BPO	6.746
Despesas com serviços especializados	5.544
Despesas com comunicação e manutenção	123
Despesas com publicidade	2.707
Amortização	687
Outras	1.118
	16.925

- (d) Despesas tributárias representam, basicamente, despesas com ISS, PIS e COFINS.
- (e) Receita de prestação de serviço representa, os valores contabilizados de Taxa de Administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

14 Informações Suplementares

O relatório de Resumo do Comitê de Auditoria, foi divulgado pela empresa líder do Conglomerado Prudencial, Banco Volkswagen S.A., encontra-se disponível no sitio eletrônico da Instituição.

15 Eventos Subsequentes

Não houve eventos subsequentes relevantes para divulgação no semestre findo em 30 de junho de 2025.

CNPJ nº 47.658.539/0001-04 Rua Volkswagen, 291 – São Paulo - SP

*

DIRETORIA

RODRIGO OTÁVIO ROCHA CAPURUÇO Diretor - CEO MARCEL EMILE FICKERS
Diretor - CFO

LUIS FABIANO ALVES PENTEADO Diretor

MURILO AZEVEDO BRUNO Diretor

LEONARDO BUCSAN EMRICH Contador-CRC MG-088837/O-0 T-SP

* * *